

DIREITOS HUMANOS E JUSTICIABILIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

José Ricardo Cunha^{*}
Alexandre Garrido da Silva^{*}

1. Introdução:

Os direitos humanos consistem no principal instrumento de defesa, garantia e promoção das liberdades públicas e das condições materiais fundamentais para uma vida humana digna. A implementação de ações estratégicas que contribuam para a ampliação da efetividade dos direitos humanos na esfera judiciária requer, em primeiro lugar, a pesquisa e a análise de como os magistrados concebem e aplicam as normativas internacionais sobre direitos humanos, em especial aquelas que salvaguardam e promovem os direitos econômicos, sociais e culturais. Neste sentido, a pesquisa intitulada “Direitos Humanos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: concepção, aplicação e formação” tem como principal objetivo investigar, com o auxílio da metodologia estatística, o grau de efetivação ou *justiciabilidade* dos direitos humanos consagrados em tratados internacionais na prestação da tutela jurisdicional.

Em regra, os livros e os artigos sobre os direitos humanos abordam a temática principalmente no plano teórico, discutindo a delimitação conceitual, a interpretação, o conteúdo e a fundamentação ou legitimação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. A escassa produção de pesquisas e estudos empíricos que envolvam o Poder Judiciário, em especial sobre o tema dos direitos humanos, faz com que as idéias sobre a efetividade dos mesmos no Brasil sejam formadas com base em opiniões isoladas. Nesse sentido, a realização de pesquisas que utilizem ferramentas e métodos de análise estatística

^{*} Professor da Faculdade de Direito da UERJ e da FGV Direito Rio. Doutor em Direito pela UFSC. Coordenador do Grupo de Pesquisa intitulado Direitos Humanos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: concepção, formação e aplicação, integrado por professores, pós-graduandos e graduandos da UERJ, PUC-Rio e UCAM. O elenco de pesquisadores vinculados ao presente grupo pode ser consultado no diretório CNPq dos grupos de pesquisa no Brasil. A pesquisa foi contemplada com o apoio institucional da FAPERJ.

^{*} Professor substituto na Faculdade de Direito da UERJ. Pesquisador em Direito na FGV Direito Rio. Mestrando em Direito Público pela UERJ.

cientificamente reconhecidos em muito pode contribuir para o conhecimento – e crítica – do discurso e da *práxis* judiciais sobre a efetividade dos direitos humanos.

A pesquisa em tela almeja, a partir de um preliminar estudo sobre o *background* teórico acerca do tema¹, investigar relevantes questões relacionadas às características pessoais do magistrado, sua formação escolar e universitária, sua concepção teórica sobre a aplicabilidade dos direitos humanos e o conhecimento sobre o funcionamento dos sistemas internacionais de proteção da ONU e da OEA, além do grau de utilização específica nos casos concretos das normas internacionais sobre direitos humanos.

As respostas consignadas pelos juízes nos questionários aplicados pelos pesquisadores em campo na primeira instância da comarca da capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro permitiram aferir o grau de utilização das principais normativas internacionais de proteção dos direitos humanos – que integram o *corpus* normativo do Direito Internacional dos Direitos Humanos – na fundamentação de suas decisões judiciais, bem como a concepção teórica e o conhecimento específico que possuem *ou não* nesta temática.

O presente artigo apresentará, em primeiro lugar, os objetivos e a metodologia da pesquisa em tela, atentando para a análise do questionário e do relevo teórico e empírico das indagações por ele formuladas aos magistrados. Em seguida, será apresentado um relatório parcial sobre as dificuldades encontradas em campo, na atual fase da pesquisa, para a aplicação dos questionários estruturados aos desembargadores que integram as câmaras da comarca da capital do Poder Judiciário fluminense. A partir dos relatos de tais dificuldades, será possível elaborar algumas reflexões sobre a inacessibilidade pelos pesquisadores e, portanto, pelos cidadãos, às concepções teóricas e à prática dos

¹ Os seguintes autores constituíram as principais referências teóricas para a elaboração da presente pesquisa: ALEXY, Robert. *Teoria del discurso y derechos humanos*. Traducción e introducción de Luis Villar Borda. Bogotá : Universidad Externado de Colombia, 1995; COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999; FARIA, José Eduardo. Justiça e poder judiciário ou a virtude confronta a instituição. Dossiê Judiciário. *Revista Usp*. São Paulo, nº 21, 1994; NINO, Carlos Santiago. *Ética y derechos humanos: un ensayo de fundamentación*. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1989; PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996; PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución*. Madrid: Editorial Tecnos, 1999; SÃO PAULO (Estado). Procuradoria Geral do Estado. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. *Direitos humanos: construção da liberdade e da igualdade*. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2000.

magistrados no tocante à efetividade dos direitos humanos internacionalmente consagrados e regularmente recepcionados pelo direito pátrio.

A análise e a sistematização posteriores dos dados obtidos na segunda fase da pesquisa, bem como o seu cotejo com as análises estatísticas já elaboradas sobre os dados da primeira fase da mesma, permitirão esclarecer as variáveis que contribuem para a pouca efetividade das normas internacionais sobre direitos humanos e, em seguida, fundamentar a proposição de novas práticas estratégicas de informação e promoção que resultem na maior *justiciabilidade* dos direitos humanos no âmbito no Poder Judiciário fluminense.

2. Metodologia e objetivos da pesquisa:

A presente pesquisa, em sua dimensão empírica, tem os seguintes objetivos:

- (1.) Elaborar um instrumento de pesquisa – um questionário estruturado – e aplicá-lo aos juízes e desembargadores integrantes, respectivamente, da primeira e da segunda instâncias da comarca da capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- (2.) Aferir o grau de justiciabilidade das normativas internacionais sobre direitos humanos a partir das respostas consignadas pelos juízes e desembargadores nos questionários;
- (3.) Investigar o conhecimento e a concepção teórica acerca dos direitos humanos formulada pelos juízes e desembargadores, bem como a formação geral e específica que possuem ou não nesta matéria;
- (4.) Verificar se ocorre e, em caso afirmativo, com que frequência dá-se a utilização das principais convenções, pactos e declarações internacionais sobre direitos humanos – principalmente no âmbito dos sistemas internacionais de proteção da ONU e da OEA – na fundamentação ou motivação das decisões judiciais.

O trabalho de pesquisa foi estruturado para que pudesse proporcionar subsídios para uma avaliação da efetivação dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário. Neste sentido, a investigação recaiu sobre as condições objetivas para a concretização da efetivação supramencionada. Tais condições, explicitadas nas indagações contidas no questionário, referem-se às características pessoais e sociais do magistrado, sua formação escolar e universitária, sua participação política em movimentos ou instituições de defesa dos direitos humanos, sua concepção teórica acerca do tema e sua prática jurídica cotidiana.

Considerando-se a diversidade de possibilidades metodológicas no tocante à realização de tal avaliação, o indicador de efetivação adotado foi a utilização de uma ou mais normativas internacionais de proteção dos direitos humanos para a fundamentação das sentenças proferidas. Foram escolhidas 11 normativas, todas mencionadas exhaustivamente no questionário². Em seguida, foram formuladas as hipóteses de que as condições supramencionadas (características do magistrado, sua formação acadêmica e sua concepção acerca do tema, entre outras) são determinantes para a utilização das normativas internacionais de proteção aos direitos humanos e, portanto, variáveis significativas para a efetivação dos direitos humanos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Embora haja fontes confiáveis de dados para o estudo das características dos juízes, isto não ocorre em relação aos demais elementos mencionados. Sendo assim, foi necessário que os dados fossem coletados diretamente em fonte primária, ou seja, através de entrevistas diretas aos Juízes³. Optou-se pela comarca da capital do Rio de Janeiro, por ser esta a mais representativa do estado, não só por ser a de maior fluxo de processos como também a de maior diversidade.

² São elas: 1. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; 2. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; 3. Convenção Americana de Direitos Humanos; 4. Protocolo de San Salvador; 5. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (ONU); 6. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (ONU); 7. Convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (ONU); 8. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes (ONU); 9. Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura; 10. Convenção sobre os direitos da criança (ONU); 11. Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. As convenções, os pactos e o protocolo supramencionados foram regularmente incorporados ao ordenamento jurídico pátrio por intermédio de seus respectivos decretos legislativos e executivos.

³ A entrevista foi realizada, sempre que possível, com o juiz titular da Vara. Em caso de impossibilidade, entrevistou-se o juiz substituto. No caso de impossibilidade ou recusa de ambos, considerou-se como “Não Resposta”.

A pesquisa divide-se em três fases: a *primeira*, já concluída, foi desenvolvida junto à primeira instância do TJERJ. Nesta fase, a coleta dos dados foi realizada no período de janeiro a maio de 2004, quando foi possível visitar 225⁴ das 244 varas cadastradas. Em razão de inúmeras recusas explícitas (e também tácitas) dos juízes em receber o pesquisador ou mesmo preencher o questionário, não foi possível obter informações em 50% das varas, no entanto, considerando que as varas para as quais não foi obtida resposta ao questionário estão distribuídas aleatoriamente, ou seja, não há concentração de "não resposta" em nenhum tipo de vara, assim como não houve, também, perda de unidade informante nas varas únicas, as respostas obtidas são representativas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, exceto para os fóruns regionais de Campo Grande e Santa Cruz. Os dados obtidos na primeira fase da pesquisa e a análise regressiva dos mesmos serão apresentados na seção seguinte do artigo.

A *segunda* fase da pesquisa, ainda em curso, teve início no primeiro semestre de 2005 e está sendo desenvolvida junto à segunda instância da comarca da capital do TJERJ. Esta é composta por dezoito Câmaras Cíveis e oito Câmaras Criminais. Os questionários vem sendo aplicados aos desembargadores desde o mês de agosto deste ano, porém, até o início do mês de novembro, devido às dificuldades que serão apontadas e analisadas oportunamente neste artigo, apenas 21 dos 130 questionários aplicados foram recebidos devidamente preenchidos pelos magistrados. À semelhança da primeira fase, serão realizadas, em primeiro lugar, a análise e a sistematização dos dados coligidos e, em seguida, a análise regressiva dos mesmos tendo em vista a definição das variáveis significativas para a efetividade dos direitos humanos. O questionário estruturado, salvo

⁴ Não foi possível, em razão de limitações inesperadas, realizar o trabalho de pesquisa nos fóruns regionais de Campo Grande (11 varas) e Santa Cruz (8 varas).

algumas pequenas correções (assim como algumas alterações pontuais⁵), é idêntico àquele aplicado na primeira instância do TJERJ.

A *terceira* e última fase da pesquisa consistirá no cotejo dos resultados obtidos nas duas fases anteriores para identificar as variáveis comuns que condicionam de modo significativo a efetividade dos direitos humanos na tutela jurisdicional dos magistrados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Analisaremos, neste momento, os resultados obtidos na primeira fase da pesquisa após a aplicação do método estatístico de regressão logística multinomial aos dados coligidos na primeira instância do TJERJ.

3. Apresentação e análise regressiva dos resultados obtidos na primeira fase da pesquisa.

3. 1. Perfil dos juízes entrevistados:

Foram entrevistados 104 juízes integrantes das 109 varas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pois cinco deles estavam acumulando duas varas cada. Suas características gerais – sexo, idade e tempo de magistratura e, por último, cor ou raça – são mostradas abaixo.

⁵ Apenas duas questões que integraram a primeira versão do questionário não integram a sua segunda versão, que está sendo aplicada aos desembargadores. São elas:

Você aplicaria uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mesmo não tendo sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal? Sim / Não.

Preenchidos os requisitos legais para a expedição de mandado de despejo contra Réu que não possui outro imóvel, qual seria a sua atitude?

() Concederia o despejo por ser a medida legal prescrita, não cabendo ao juiz questionar os fundamentos da lei.

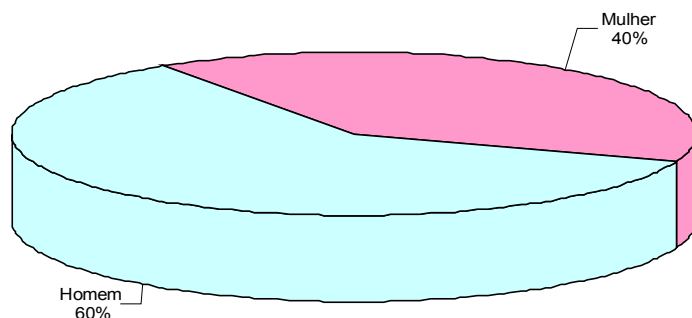
() Concederia o despejo por ser um direito do Autor, não tendo o juiz poder para negá-lo.

() Concederia um prazo maior ao prescrito para a entrega do imóvel.

() Não concederia em razão do princípio constitucional de garantia de uma vida digna, que pressupõe um lugar para habitação.

Em relação à segunda questão, um expressivo número de juízes na primeira fase da pesquisa recusou-se expressamente a respondê-la.

Sexo do Juiz



O Poder Judiciário, como instituição social, ainda reflete uma predominância masculina nas relações de poder. Pode-se perceber que a maioria dos juízes é homem, totalizando um percentual de 60%. No entanto, já se pode notar uma significativa aproximação entre os dois percentuais, pois historicamente a distância entre ambos sempre revelou-se maior. As instituições jurídicas, políticas e sociais vêm se “feminizando” ao longo dos anos, devido à participação mais intensa da mulher no mundo do trabalho, na vida social e política do país, assim como na comunidade acadêmica. Este fenômeno é mais bem visualizado nos Juízos de primeira instância, nos quais os recém-juízes irão iniciar o exercício de suas funções judicantes. Com o avanço da pesquisa, será possível identificar se há um processo mais rápido de “feminização” da primeira instância do Poder Judiciário fluminense do que sua segunda instância.

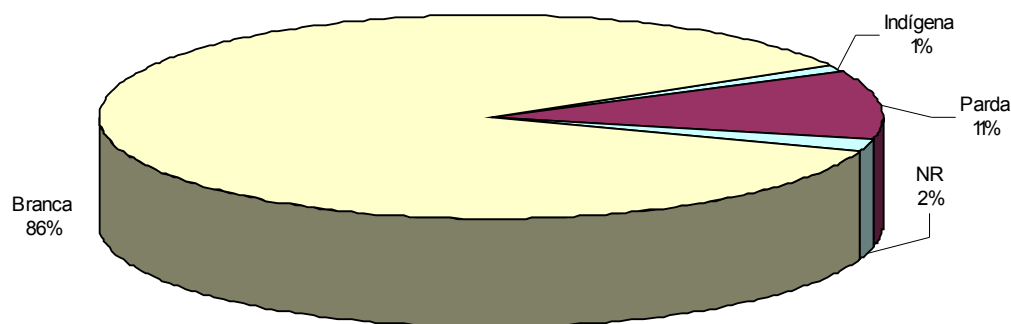
Tabela 1 - Distribuição dos juízes participantes da pesquisa por tempo de magistratura, segundo sua classe de idade

Classes de idade	Tempo de magistratura (em anos)			
	menos de 5	de 5 a 10	de 11 a 20	mais de 20
Total	9	33	64	3
Até 30	2	0	0	0

31 a 50	5	28	44	0
mais de 50	2	4	19	3
NR	0	1	1	0

Observando-se a tabela 1 acima, é possível notar que são pequenas as chances de alguém se tornar juiz titular antes de completar 30 anos. Do total de juízes, apenas 2 (2%) encontram-se nesta faixa de idade. Dos 77 juízes na faixa de 31 a 50 anos, representando quase 75% dos entrevistados, 44 têm de 11 a 20 anos de magistratura. Esta classe de idade figura como maioria relevante da 1ª instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Nenhum juiz desta classe de idade tem mais de 20 anos de carreira, o que nos leva a crer que os juízes com mais de 20 anos de magistratura costumam ser promovidos, encontrando-se nos órgãos de 2ª instância. Os juízes com mais de 50 anos, em sua maioria, contam com 11 a 20 anos de magistratura. Entre estes juízes com mais idade, apenas 2 possuem menos de 5 anos de carreira. É raro alguém iniciar o ofício de magistrado nesta faixa etária, como raro, também, é um juiz titular continuar exercendo atividades magistras na 1ª instância depois de 50 anos de idade.

Qual é a sua Cor ou Raça?



Os percentuais **mais impressionantes** – porém não surpreendentes – são os relativos à cor ou raça dos magistrados. Os autodeclarados *brancos* encerram 86% do total de juízes. Isto confirma a existência de uma intensa exclusão da população *negra/parda* do mercado de trabalho qualificado, inclusive jurídico, visto que, segundo o Censo 2000, os negros⁶ e pardos representam 44,6% da população brasileira.

3. 2. Concepção teórica sobre os direitos humanos:

Ao serem questionados sobre qual seria a natureza jurídica dos direitos humanos, 7,6% dos juízes afirmaram serem os direitos humanos “valores sem aplicabilidade efetiva”. Para outros 34,3% constituiriam “princípios aplicados na falta de regra específica” e, para 54,3% configurariam “regras plenamente aplicáveis”. É importante ressaltar como cerca de 7% dos juízes concebem os direitos humanos apenas como valores sem nenhuma força jurídica, mesmo após todos os esforços jurídicos e políticos de afirmação de tais direitos. Com entendimento relativamente semelhante encontram-se os 34,3% dos juízes que acreditam que os direitos humanos são princípios que possuem caráter subsidiário, podendo ser aplicados apenas diante da ausência de norma específica. Para estes juízes, qualquer ponderação com norma mais específica, inclusive com conteúdo antagônico, levaria à não aplicação das normas de direitos humanos. Porém, a posição majoritária revelou uma forte concepção normativa de direitos humanos, pois mais de 50% dos juízes concebem os direitos humanos como regras plenamente aplicáveis.

Uma minoria também de magistrados acredita que o Poder Judiciário não deve interferir no sentido da promoção da efetivação dos direitos de segunda geração, justificando não caber ao Judiciário a implementação de políticas públicas. Outros, ainda, acreditam que a tutela destes direitos é de competência dos demais poderes da República ou que tal aplicação resultaria no fenômeno do juiz-legislador. Porém, a ampla maioria dos magistrados (79%) defende a aplicação complementar dos direitos econômicos e sociais e dos direitos civis e políticos. Além disso, consideram que mesmo aqueles direitos que impõem uma atuação estatal devem ser judicialmente tutelados. Esta ampla parcela da

⁶ O IBGE adota a categoria preto em vez de negro. Para a aplicação na pesquisa foi feita a substituição do termo, mantendo-se na íntegra as demais categorias adotadas pelo órgão oficial.

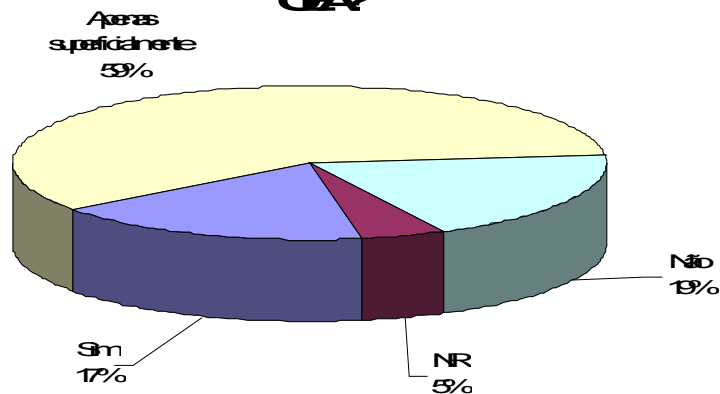
magistratura entrevistada, aproximadamente 80%, portanto, delega aos direitos humanos, pelo menos teoricamente, a condição de normas plenamente aplicáveis e considera que, mesmo aquelas que venham interferir no orçamento estatal devem ser garantidas por meio das decisões judiciais.

No plano *discursivo* ou *retórico* é possível concluir no sentido de uma concepção bastante favorável à força normativa dos direitos humanos internacionalmente consagrados e regularmente incorporados ao direito pátrio, inclusive dos direitos econômicos, sociais e culturais. Outra questão é a **efetividade** ou não de tais direitos na resolução dos conflitos submetidos à análise e decisão do Poder Judiciário.

3. 3. (Des) conhecimento dos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos:

É digno de nota o fato de que, segundo os dados coligidos, é possível chegar à conclusão de que os magistrados, em sua grande maioria, *desconhecem* a arquitetura institucional criada para a proteção e promoção dos direitos humanos nos âmbitos da ONU e OEA. Indagados acerca de seus conhecimentos sobre o funcionamento dos Sistemas de Proteção da ONU e da OEA, obtiveram-se os seguintes percentuais: 59% conhecem *superficialmente* como funcionam os Sistemas de Proteção Internacional; 20% *não sabem* como funcionam os Sistemas de Proteção e apenas 16% afirmam conhecê-lo. Considerando-se os percentuais mais altos, em que o primeiro corresponde a um conhecimento *superficial* e o segundo a um *desconhecimento* dos sistemas supracitados, temos que **79%** dos magistrados não estão suficientemente informados sobre a arquitetura institucional dos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos da ONU e da OEA.

Desconhecimento dos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos da ONU



O desconhecimento dos Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos apresenta-se como um importante obstáculo à plena efetivação dos direitos desta natureza no cotidiano do Poder Judiciário. E isso porque o desconhecimento do funcionamento de tais sistemas de proteção mostra-se intimamente ligado à ausência de uma **cultura jurídica** que confira a merecida importância teórica e prática ao tema, assim como à não aplicação das normativas relativas aos direitos humanos.

Perguntados, em seguida, se possuíam conhecimento acerca das decisões das cortes internacionais de proteção dos direitos humanos, obteve-se o seguinte percentual: 56% responderam que *eventualmente* possuem tais informações; 21% responderam que *raramente*; 13% responderam que *frequentemente* e 10% que *nunca* obtiveram informações acerca de tais decisões.

Não há dúvida de que um percentual de apenas 13% para os magistrados que frequentemente têm acesso ao conteúdo de tais decisões é muito reduzido para uma profusão real de uma cultura dos direitos humanos no seio do Poder Judiciário. Quando

questionados sobre o auxílio e o enriquecimento argumentativo que essas decisões poderiam produzir nas suas sentenças, obteve-se o seguinte resultado: 50% disseram que sim; 41% disseram que talvez e 9% responderam que não. Assim, podemos concluir que *poucos* conhecem o conteúdo dessas decisões, mas a *maioria* acredita que seria relevante este conhecimento. Acredita-se que seria importante a institucionalização de canais de divulgação, no âmbito do Tribunal de Justiça, acerca das decisões das cortes internacionais de direitos humanos, inclusive como parte de um processo que busque uma maior efetividade e aplicabilidade de tais direitos.

3. 4. Análise regressiva dos dados:

A opção metodológica pela utilização de modelos de regressão logística multinomial como ferramentas para subsidiar a análise dos dados está relacionada à sua aplicabilidade em testes de hipótese que são, por sua vez, importantes para averiguar se a efetivação dos direitos humanos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é influenciada ou não de modo significativo pelas condições objetivas – que são as variáveis estudadas pela pesquisa – apresentadas anteriormente na seção 2, quais sejam: o perfil do magistrado, sua formação escolar e acadêmica, tipo de vara em que atua, sua concepção teórica acerca do tema, o conhecimento ou não do funcionamento dos sistemas ONU e OEA, entre outras.

Para o ajuste dos modelos logísticos multinomiais – que foram aplicados de modo sucessivo até serem alcançadas as variáveis mais significativas para o grau de efetivação das normativas internacionais sobre direitos humanos – foi utilizada como variável resposta uma indicadora do uso de tais normativas⁷ na fundamentação das sentenças proferidas pelos magistrados. Tal variável foi construída a partir das respostas “freqüentemente”, “raramente” ou “não utilizo” dada a cada uma das 11 normativas utilizadas na pesquisa. A variável indicadora foi considerada "freqüentemente" quando havia tal resposta em pelo menos uma das normativas mencionadas. Considerou-se "raramente" quando não havia nenhuma resposta igual a "freqüentemente" e pelo menos uma igual a "raramente". A resposta "não utilizo" foi associada sempre que havia tal resposta para todas as normativas

⁷ Confira a nota nº 1.

mencionadas. No quadro abaixo, reprodução do questionário, são apresentadas todas as normativas internacionais mencionadas na pesquisa e as respectivas opções de resposta.

25.Utiliza alguma(s) das normas de direitos humanos, abaixo relacionadas, na fundamentação de suas sentenças?			
	Frequentemente	Raramente	Não utilizo
Pacto internacional dos direitos civis e políticos. Dec. Legisl. 226/91 Dec. Exec. 592/92	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais. Dec. Legisl. 226/9. Dec. Exec. 591/92.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção americana de direitos humanos. Dec. Legisl 27/92. Dec. Exec. 678/92.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Protocolo de San Salvador. Dec. Legisl 56/95. Dec. Exec. 3.321/99.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Dec. Legisl 23/67. Dec. Exec. 65.810/69.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (ONU).Dec. Legisl 26/94. Dec. Exec. 89.406/84.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (OEA). Dec. Legisl 107/95. Dec. Exec. 1.973/96.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes (ONU).Dec. Legisl 04/89. Dec. Exec. 40/91.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção interamericana para prevenir e punir a tortura. Dec. Legisl 5/89. Dec. Exec. 98.386/89.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção sobre os direitos da criança. Dec. Legisl 28/90. Dec. Exec. 99.710/90.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Dec. Legisl 198/2001. Dec. Exec. 3.956/2001.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O procedimento utilizado para a modelagem dos dados consistiu em aplicar sucessivos testes de hipótese acerca da contribuição de cada variável explicativa para o poder de explicação do modelo, em um nível de 5% de significância. As variáveis consideradas significativas, no nível fixado, foram utilizadas na composição de um único

modelo e novos testes de hipóteses foram aplicados. Por fim, excluindo-se as variáveis que juntamente com as demais não contribuíam significativamente para o poder de explicação do modelo, foi obtido o modelo final ajustado e integrado pelas seguintes variáveis: **(a)** tipo de vara, **(b)** cor ou raça e **(c)** conhecimento sobre o funcionamento dos sistemas ONU e OEA.

3. 4. 1. Tipo de Vara:

Após a análise regressiva dos dados coligidos, podemos concluir no sentido de que é fundamental levar em consideração o tipo de vara em que o juiz atua, pois a matéria tratada está relacionada, de maneira direta ou inversa, com a aplicabilidade de algumas das normativas mencionadas anteriormente. Na tabela 2 os tipos de vara estão ordenados de maneira decrescente segundo sua contribuição para a utilização das normativas internacionais na fundamentação das sentenças.

Tabela 2 - Valores estimados dos parâmetros e respectivos erros padrões

Análise dos parâmetros estimados			
Parâmetro	Nível	Estimativa	Erro Padrão
Tipo de vara	Criminal	0.1605	0.9656
	Outros tipos de vara	0.0000	0.0000
	Família	-0.7936	0.9862
	Órfãos e Sucessões	-0.9415	13.765
	Cível	-11.184	0.8695
	Fazenda Pública	-11.484	12.206

É possível afirmar, após a leitura dos resultados acima, que a probabilidade de que as normativas internacionais sejam utilizadas *frequentemente* na fundamentação das sentenças é **maior** quando se trata de vara criminal. No outro extremo, estão as varas de fazenda pública e cível, como aquelas cujo nível de utilização das normativas internacionais sobre direitos humanos na fundamentação das sentenças é **menor**. É curioso como o Estado (Fazenda Pública) e as relações patrimoniais entre particulares (Cível), parecem permanecer incólumes às investidas igualitárias decorrentes da garantia dos direitos humanos. No âmbito das varas cíveis ainda é predominante uma tradição *privatista* que ignora a eficácia horizontal dos direitos fundamentais no seio das relações sociais de

cunho privado. Entre os extremos estão as varas da infância e da juventude, as varas únicas de execução penal, de auditoria militar, de registros públicos, de família e de órfãos e sucessões, cujas chances de que as normativas sejam utilizadas vão diminuindo gradualmente nesta ordem.

3. 4. 2. *Cor ou Raça:*

A cor ou a raça dos magistrados, conforme a tabela nº 3 a seguir, está ordenada de maneira decrescente segundo sua contribuição para a utilização das normativas internacionais sobre direitos humanos na fundamentação das sentenças judiciais.

Tabela 3 - Valores estimados dos parâmetros e respectivos erros padrões

Análise dos parâmetros estimados			
Parâmetro	Nível	Estimativa	Erro Padrão
Cor ou raça	Parda	14.457	17.588
	Não informou	0.0000	0.0000
	Indígena	-0.9477	23.034
	Branca	-16.863	15.914

Observa-se que a cor ou a raça associada à maior probabilidade de que as normativas internacionais sobre direitos humanos sejam utilizadas *frequentemente* é a parda. Em outro pólo, a cor ou raça branca é que apresenta *menor* probabilidade, ou seja, tem a maior probabilidade de que as normativas sobre direitos humanos *nunca* sejam utilizadas. Tomando por base a categoria que agrega os casos em que o juiz não quis informar a sua cor ou raça ("não informada"), a indígena também apresentou *reduzida* probabilidade de utilização frequente das normativas internacionais na fundamentação das sentenças judiciais.

A alta probabilidade de que os juízes pardos utilizem as normativas internacionais de proteção dos direitos humanos na fundamentação das sentenças pode estar associada à maior preocupação com a matéria, conformada ao longo da história de exclusão social sofrida por este grupo social. Mesmo sendo o Brasil um país com a segunda maior população de afro-descendentes, estes encontram-se, em sua maioria, em situação de inferioridade social e econômica. O discurso de que as pessoas consideradas pardas estão

econômica e socialmente incluídas, ou seja, de que não existe exclusão por razões étnicas em nosso país, não revela o que ocorre na prática. A presença de pessoas pardas ou negras em cargos de chefia, em universidades e outras posições socialmente valorizadas, inclusive jurídicas, é ainda muito reduzida. Apesar de constituírem um grupo minoritário no TJERJ o conjunto dos magistrados autodeclarados pardos mostram uma ação diferenciada, compatível com o entendimento de que as normativas internacionais de proteção dos direitos humanos são grandes aliadas para a garantia da dignidade humana e superação das desigualdades sócio-econômicas historicamente presentes em nosso país.

3. 4. 3. *Conhecimento dos Sistemas ONU e OEA:*

A efetividade de qualquer direito está necessariamente ligada ao instrumental disponível à sua proteção, o que significa dizer que não basta apenas o reconhecimento jurídico de um determinado direito, mas também a criação de todo um instrumental institucional que possibilite ao sujeito de direito recorrer ao Poder Judiciário no caso de violação ao seu direito. Com os direitos humanos o raciocínio é o mesmo. Junto à declaração de direitos se faz necessária a construção de mecanismos que possibilitem a efetivação e a proteção dos direitos declarados. Em síntese, há a necessidade de um sistema de proteção.

O desconhecimento dos Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos da ONU e da OEA apresenta-se como obstáculo à plena efetivação dos direitos humanos no cotidiano do nosso Poder Judiciário. Pode-se concluir, também, que o desconhecimento dos sistemas de proteção supracitados é, na verdade, parte de um desconhecimento maior, que tem como objeto toda a temática dos Direitos Humanos. Na tabela 4 o nível de conhecimento do Sistema de Proteção Internacional dos Direitos Humanos da ONU e da OEA estão ordenados de maneira decrescente segundo sua contribuição para a utilização das normativas internacionais na fundamentação das sentenças judiciais.

Tabela 4 - Valores estimados dos parâmetros e respectivos erros padrões

Análise dos parâmetros estimados			
Parâmetro	Nível	Estimativa	Erro Padrão

ONU e OEA	Sim	21.475	13.346
	Apenas superficialmente	14.382	11.866
	Não Informou	0.0000	0.0000
	Não	-0.2025	13.468

Os resultados da pesquisa demonstram que o desconhecimento dos sistemas de proteção influencia diretamente a *não* aplicação das normativas internacionais sobre direitos humanos. O aludido desconhecimento, repita-se, acaba revelando um desconhecimento mais amplo sobre a temática dos Direitos Humanos, inclusive sobre o teor e a existência das normativas internacionais citadas (ou não) na pesquisa, culminando tal processo na *ausência* ou *raridade* na utilização de qualquer normativa internacional de direitos humanos nos casos concretos. O desconhecimento das normativas internacionais de proteção aos direitos humanos é, evidentemente, um entrave a ser superado na busca de uma maior efetividade de tais direitos.

4. Dificuldades na pesquisa de campo na segunda instância do Poder Judiciário fluminense. Algumas reflexões.

Conforme já havíamos mencionado, apenas 21 dos 130 questionários aplicados na segunda fase da pesquisa retornaram devidamente preenchidos pelos desembargadores do TJERJ. Os pesquisadores, em regra, encontraram grandes dificuldades no acesso aos desembargadores para a aplicação dos questionários. Estas dificuldades podem ser reconduzidas a três problemas fundamentais encontrados pelos pesquisadores:

- (1.) Desinteresse manifesto ou tácito dos desembargadores no preenchimento de questionários ou de outros instrumentos de pesquisa.
- (2.) Falta de tempo e/ou excesso de trabalho alegado(s) pelos desembargadores ou por seus assessores de gabinete.
- (3.) Dificuldade encontrada pelos pesquisadores no acesso aos desembargadores para a realização de entrevistas ou esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa. Neste caso, o Poder Judiciário apresenta-se “impermeável” ao olhar

crítico típico das pesquisas acadêmicas, fato que culmina, em última análise, na “impermeabilidade” ao olhar crítico e ao conhecimento da própria sociedade.

Há, ainda, para muitos magistrados, a idéia de que o estudo teórico e empírico dos direitos humanos consagrados em normativas internacionais revela-se pouco aplicável na prática jurídica cotidiana dos tribunais, pois, em regra, aduzem tais magistrados, os direitos humanos consagrados internacionalmente e incorporados ao direito pátrio, encontram-se repetidos sob a forma de direitos fundamentais inscritos no texto de nossa Constituição Federal. Decerto, os direitos humanos, em regra, assumiram a forma jurídica de direitos fundamentais nas constituições democráticas contemporâneas – inclusive a brasileira – no entanto, tal assertiva não retira a importância *simbólica* e a *força normativa* dos direitos humanos internacionalmente consagrados, principalmente nos casos em que tais direitos *contrariam* ou *complementam* os dispositivos expressos dos direitos fundamentais inscritos no texto constitucional⁸.

5. Considerações finais:

Ao lado da identificação empírica – e não apenas teórica – das inúmeras variáveis que influenciam o juiz para que ele utilize ou não uma ou mais normativas internacionais de proteção dos direitos humanos na fundamentação das suas sentenças, revela-se de grande importância a definição das três variáveis principais – ***cor ou raça, tipo de vara e o conhecimento do sistema de proteção da ONU e OEA*** – que constituem os fatores preponderantes dentre aqueles investigados para o maior ou menor grau de efetividade das normas internacionais sobre direitos humanos na *práxis* jurídica cotidiana dos magistrados no TJERJ.

Definir analiticamente qual a dimensão da contribuição individual de cada variável para a efetividade dos direitos humanos constitui *conditio sine qua non* para a elaboração e

⁸ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 1996. p. 114 *et seq.*

proposição de ações estratégicas socialmente eficazes que visem aumentar o uso de tais normativas pelo Poder Judiciário. Neste sentido, podem ser desenvolvidas ações direcionadas especificamente aos magistrados brancos, assim como aos juízes que integram as varas cíveis no TJERJ. O conteúdo de tais ações estratégicas, indubitavelmente, devem versar sobre a arquitetura institucional e o *corpus* jurídico-normativo que conformam o Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois o seu desconhecimento condiciona uma *menor* efetividade das normativas internacionais sobre direitos humanos no cotidiano da atividade jurisdicional.

Se agregarmos aos resultados dos modelos estatísticos elaborados na primeira fase da pesquisa as dificuldades encontradas pelos pesquisadores na fase atual, que foram apontadas na seção anterior, poderemos ter uma boa visão do quão *grave* é a situação da efetividade ou justiciabilidade dos direitos humanos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

6. Bibliografia consultada.

6. 1. Bibliografia jurídica:

ALEXY, Robert. *Teoria del discurso y derechos humanos*. Traducción e introducción de Luis Villar Borda. Bogotá : Universidad Externado de Colombia, 1995

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

FARIA, José Eduardo. *Justiça e poder judiciário ou a virtude confronta a instituição*. Dossiê Judiciário. Revista Usp. São Paulo, nº 21, 1994.

NINO, Carlos Santiago. *Ética y derechos humanos: un ensayo de fundamentación*. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1989.

PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución*. Madrid: Editorial Tecnos, 1999.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

SÃO PAULO (Estado). Procuradoria Geral do Estado. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. *Direitos humanos: construção da liberdade e da igualdade*. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2000.

6. 2. Bibliografia sobre metodologia da pesquisa em estatística e direito:

AGRESTI, Alan. *Categorical Data Analysis*. New York: John Willey & Sons Inc, 1990.

BLALOCK, Hubert M. *Social Statistics*. Kogakusha: McGraw-Hill, 1972.

COSTA NETO, Pedro Luís de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

DOBSON, Annette J. *An Introduction to Generalized Linear Models*. Londres: Chapman & Hall, 1996.

EVERITT, B. S. e DER, G. *A Handbook of Statistical Analyses using SAS*. Londres: Chapman & Hall.

GAMERMAN, Dani e MIGON, Hélio dos Santos. *Introdução aos Modelos Lineares*. Textos de Métodos Matemáticos, Número 27. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

GATTI, Bernardete Angelina. *Estatística Básica para Ciências Humanas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LEVIN, Jack. *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Habra, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

PASOLD, Cesar Luiz. *Prática da Pesquisa Jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito*. Florianópolis: OAB/SC Editora, 1999.

PIZZINGA, Adrian Heringer. *Modelos de Regressão para Respostas Nominais Politômicas*. Monografia de final de curso de graduação. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, 2000.

POWERS, Daniel A. & XIE, Yu. *Methods for Categorical Data Analysis*. San Francisco: Academic Press, 2000.

RATKOWSKY, David A. *Handbook of Nonlinear Regression Models*. New York: Marcel Dekker Inc, 1989.